

Divulgação MRE



Vieira e Rubio se encontraram na semana passada, destravando a negociação

Brasil e EUA: bem mais que “diálogo descontraído”

Encontro sinaliza tentativa de reposicionar o diálogo bilateral

Por Sabrina Fonseca

A reunião recente entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, marcou um gesto de aproximação diplomática entre Brasil e Estados Unidos em um momento de evidente desgaste bilateral. Embora descrito oficialmente como um “diálogo produtivo e descontraído”, o encontro revelou muito mais do que cortesia: foi uma tentativa de reposicionar o relacionamento num cenário global. Embora os detalhes da conversa não tenham sido divulgados, há informações de que a reunião girou sobre temas como o tarifaço, a exploração de terras raras, o papel do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outros países) e a Venezuela.

Desde o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência, o Itamaraty tem buscado uma política de “equilíbrio”, tentando manter boas relações tanto com os Estados Unidos e demais países, ao mesmo tempo em que fortalece o papel do Brasil no Brics e na América do Sul. Essa postura, no entanto, tem desagradado os Estados Unidos de Donald Trump, que temem um crescimento do hemisfério sul a partir da aproximação com a China, indo contra os seus interesses.

Outro ponto é a percepção de estabilidade democrática. Marco Rubio, figura influente na política americana e crítico da atual política brasileira, afirmou recentemente que a condenação de Jair Bolsonaro (PL) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), levanta preocupações sobre imparcialidade do Judiciário, chamando o processo de um “caça às bruxas”. O ex-presidente Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses por tentativa de golpe de estado.

O presidente Lula se reuniu, na sexta-feira (17), com o ministro Mauro Vieira com o objetivo de debater sobre os próximos passos com o país chefiado por Trump, principalmente após a reunião com o secretário norte-americano. O encontro se deu um dia após a reunião de Vieira com Rubio.

Venezuela

Recentemente, o clima entre a Venezuela e os Estados Unidos ganhou novos capítulos. Isso porque Trump autorizou, na última quarta-feira (15), ações secretas da Agência Central de Inteligência (CIA) no país comandado por Nicolás Maduro. O principal objetivo das ações seria combater carteis de drogas e finalizar o narcotráfico realizado pelo país. De acordo com o jornal norte-americano The New York Times, o governo americano deverá realizar bombardeios e ataques aéreos, entrando, definitivamente, em uma guerra contra a Venezuela. Em setembro, as Forças Armadas dos



Alan Santos/PR

Expectativa de retomada do diálogo com Trump

Estados Unidos iniciaram ataques aéreos contra supostos barcos que serviam como transporte para o tráfico de drogas no mar do Caribe, matando cerca de 17 pessoas. Trump também assinou tarifas de 15% ao governo da Venezuela.

Já o Brasil adota uma postura de diálogo e reintegração regional, buscando evitar o isolamento do governo Maduro, Washington mantém uma política mais dura, ainda baseada em sanções e contenção política. Embora o Brasil não tenha oficialmente reconhecido a nova vitória de Maduro, exigindo as atas de votação para comprovar o resultado, que é contestado, Lula chegou a defender a Venezuela e Cuba, na quarta-feira (16), em um evento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O chefe do Executivo brasileiro declarou que “o povo venezuelano é dono do seu destino, e nenhum presidente pode dar palpite de como os países agirão”, sem citar o nome de Trump.

O Correio da Manhã falou com o economista e professor João Gabriel Araújo. Para ele, a fala de Lula não vai causar novas tensões com os EUA, visto que o Brasil sempre teve esse perfil de “país pacificador”.

“A postura dos Estados Unidos com relação à Venezuela não vem só de Trump, mas está inserida em um debate sobre a tentativa de redemocratizar a Venezuela”, avalia Araújo. “Mas, no caso dos Estados Unidos, a ação é muito mais intensa agora com medidas de sanção e também com o envio de navios para a costa venezuelana. O que, com certeza, é um tema bastante delicado”.

Para o cientista político, o Brasil procura, a partir das conversas com os EUA e as declarações de Lula, colocar-se como um mediador do conflito. “O Brasil sempre teve uma postura muito pacifista e essa postura sempre favoreceu o Brasil com relação às medidas de negociação. Então, talvez uma possível mediação do Brasil com relação a Caracas”, avalia.

Algo que, obtido sucesso, poderá mesmo distensionar as relações com os próprios EUA. “Caso seja positiva, pode vir a desenvolver frutos muito bons para as três economias”.

China

A disputa global por terras raras — minerais essenciais para a produção de equipamentos eletrônicos — ganhou novos desdobramentos. Recentemente, a China anunciou novas medidas para o controle desses minerais essenciais, que devem entrar em vigor até dezembro. Já o Brasil começa a dar passos concretos. Em fevereiro de 2025, foi anunciado em Minas Gerais o primeiro projeto nacional de produção de ímãs de terras raras, com investimento de R\$ 35 milhões.

Os Estados Unidos têm interesse em participar dessa exploração. E há uma grande expectativa de que algum acordo possa advir desse ponto. Mesmo antes do encontro entre Vieira e Rubio, isso já vinha sendo negociado. Mesmo nas primeiras tratativas feitas sob o comando do vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin.

Minerais

Outro possível ponto de negociação é a participação dos EUA na exploração das novas fontes de petróleo encontradas na foz do Amazonas. Embora haja ainda controvérsia e resistência de ambientalistas, parte do governo e políticos da região Norte, especialmente do Amapá, como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil) e o líder do governo no Congresso, Randolfé Rodrigues (PT), defendem essa exploração. É em torno dela, especula-se, que Lula disse em recente discurso que entre ele e Trump não “pintou uma química” (Trump usou essa expressão no discurso que fez na Assembleia da Organização das Nações Unidas após se encontrar ali com Lula), mas “uma petroquímica”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Suely Vaz Araújo prevê derrotas no Congresso

Lei ambiental: especialista aposta em ida ao STF

Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, Suely Vaz Araújo vê com pessimismo a perspectiva de mudanças na legislação ambiental. Segundo ela, diante da posição majoritária do Congresso, a única saída deve ser o recurso ao Supremo Tribunal, a quem caberia resolver “essa confusão toda”. Urbanista e advogada, ela classifica como bom o

cancelamento, pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), dos 63 vetos do presidente Lula ao projeto de lei ambiental. Mas avalia que, no fim, os conteúdos dos artigos vetados serão retomados, “no estilo a volta dos que não foram”: “Acabaremos judicializando todos os pontos polêmicos, cheios de retrocessos e inconstitucionalidades”, diz.

Troca

Ex-presidente do Ibama, Suely alerta que, ao publicar, na última quarta, o decreto de regulamentação da Licença Ambiental Especial, o governo fez um aceno para Alcolumbre. A LAE estabelece prazos para a aprovação de projetos classificados como prioritários.

Passa a boiada

Afirma, porém, que a LAE “é uma licença absurda, na qual os empreendimentos priorizados passam a ter um licenciamento fast track”. Frisa que este tipo de prática pode liberar todos os tipos de empreendimentos, inclusive os do porte da usina de Belo Monte.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Deputado Zé Vitor relata MP e projeto de lei

As três ameaças que tramitam no Congresso

A ambientalista destaca, porém, que os ruralistas, muito bem representados no Congresso, querem muito mais do que a LAE negociada pelo governo com Alcolumbre. Ela cita que, além da derubada dos vetos de Lula, tramitam no Congresso a medida provisória 1308, que trata da LAE, e o projeto de lei 3834, também

de autoria do Executivo, que substitui o conteúdo vetado. A MP e o PL serão relatados pelo mesmo deputado que analisou o projeto da lei ambiental, Zé Vitor (PL-MG), ligado ao agro. A medida provisória já conta com 833 emendas. “As perspectivas são ruins nas três frentes que estão em curso”, analisa Suely.

Retomada

Para ela, o governo poderá até conseguir adiar para depois da realização da conferência da ONU sobre o Clima, em novembro, a votação dos vetos, da MP e do PL. Mas passada a COP 30, em Belém (PA), os temas acabarão sendo retomados pelo Congresso.

Constituição

Além dos ambientalistas, o PV e o próprio governo falam em recorrer ao STF caso os dispositivos que fragilizam a legislação ambiental sejam aprovados pelo Congresso. A base da argumentação é de que as normas contrariam princípios constitucionais.

Precedente

Em abril passado, o STF derrubou artigos da lei ambiental do Rio Grande do Sul proposta pelo governador Eduardo Leite em 2019 e aprovada em poucos meses pela Assembleia Legislativa. A norma havia alterado quase 500 itens da legislação anterior.

Autolicença

Entre outros pontos, o STF limitou para empreendimentos de pequeno potencial de impacto a concessão da chamada autolicença ambiental — um mecanismo simplificado também previsto pelo projeto aprovado pelo Congresso e vetado por Lula.